

1 Aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2020, às 18 (dezoito) horas e 38 (trinta e oito)
2 minutos, instalou-se a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle
3 Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - CACS FUNDEB/BH, com a
4 seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Informes; 3) Prestação
5 de Contas; 4) Mudanças da legislação do Fundeb. A reunião contou com a presença dos
6 seguintes conselheiros: Alex Sandro da Silva Gomes, Omar Pinto Domingos, Luciane
7 Fátima Senra Soares, Marcelino Cástulo Martins, Maria do Carmo da S. G. de Oliveira e
8 Sousa, Mônica de Fátima Diniz Hamdan, Marcus Vinícius L. Fróes, Jacinta Gomes da Silva
9 Braga, Ana Maria Micaela M.M. Rocha, Glaison de Moura, Alexsandra V.F. da Silva e Maria
10 Cristina Silva. Os conselheiros Joaquim Calixto Filho e Juliana de Jesus Salgado
11 justificaram suas ausências. Contou-se, ainda, com as presenças de Luiz Gonzaga da
12 Rocha e Felipe Aires e Souza, como convidados e Vanessa Márcia da Cunha, como
13 Secretária Executiva. A Presidente Maria do Carmo da S. G. de Oliveira e Sousa iniciou a
14 sessão plenária apresentando a ata da reunião anterior e perguntou se havia alguma
15 alteração a ser feita. Não havendo alterações a fazer, ela foi aprovada. Logo depois, a
16 Presidente comunicou os seguintes informes: A) Apresentou as novas conselheiras Maria
17 Cristina Silva e Álida Costa, representantes do segmento Conselho Tutelar. Foi anunciada
18 a falta de documentação de uma das conselheiras para a publicação no Diário Oficial do
19 Município e reforçada a necessidade de envio da mesma o mais rápido possível
20 considerando a importância de conclusão do cadastro no sistema do Fundo Nacional de
21 Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, conseqüentemente, o município “estar em dia”
22 com suas obrigações. B) Quanto ao texto construído para consulta ao FNDE referente à
23 regularização do cadastro do segmento Pais de alunos das unidades municipais foi
24 perguntado se havia alguma sugestão ou alteração a ser feita. Não havendo alterações a
25 fazer, ele foi aprovado e definiu-se seu envio no dia seguinte. A conselheira Jacinta Gomes
26 da Silva Braga lembrou que no próximo dia aconteceria a votação do Fundeb no Senado
27 Federal e disse que todos os conselheiros deveriam ficar atentos e participar da campanha.
28 O convidado Felipe Aires e Souza se apresentou como pai de aluno da rede municipal e
29 perguntou se ainda havia a necessidade de recomposição deste segmento no Conselho. A
30 Presidente respondeu que haverá eleição de pais para a referida recomposição e, mesmo
31 ele não sendo membro desse, sugeriu que participasse desta reunião, considerando que
32 ela é aberta a todos. Disse, também, que este Conselho acompanha e verifica as verbas
33 do Fundeb no município. Em seguida, passou-se para o terceiro ponto da pauta e a palavra
34 para Marcelino Cástulo Martins. Ele falou que há várias reuniões, inclusive de anos
35 anteriores, foi montada esta metodologia de prestação de contas para informar os recursos
36 repassados para o município em que se apresentam todas as receitas, as despesas com
37 toda a estratificação - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e
38 Adultos (EJA) -, bimestralmente. Que a prestação de contas cabe à Gerência de Convênios
39 e Repasses que faz parte da Diretoria de Gestão de Convênios, Repasses e Parcerias da
40 Secretaria Municipal de Educação (SMED) e explicou que a responsável pela gerência não
41 pôde participar desta reunião, mas que faz a apresentação com tranquilidade e satisfação
42 porque esta gerência pertence à Diretoria a qual ele é o responsável. Anunciou que,
43 obrigatoriamente, o município precisa prestar contas ao FNDE ao final de cada bimestre
44 por meio de um sistema, o SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em
45 Educação), e aqui será apresentada a compilação dos dados informados a esse sistema.
46 Disse ser importante lembrar e ressaltar que os recursos do Fundeb no município de Belo
47 Horizonte (BH) são 100% utilizados para o pagamento da folha da Educação,
48 especificamente para os servidores que estão atuando nas escolas e que o total da folha
49 de BH não consegue ser pago apenas com os recursos do Fundeb. Os recursos próprios

50 do município complementam a folha de pagamento e também são utilizados para o
51 pagamento de servidores que estão na pasta da educação e que não estão atuando nas
52 escolas. Apresentou as seguintes tabelas: 1) Tabela A - “Recursos recebidos do Fundeb e
53 contribuição do município para formação do Fundeb – janeiro a julho/2020”: a planilha
54 demonstra, mês a mês, até julho os recursos recebidos do Fundeb, perfazendo um total de
55 R\$531.907.792,33. Sabendo-se que o Fundeb é um fundo em que os entes precisam
56 contribuir, o município contribuiu com um valor total de R\$347.371.336,44. BH apresentou
57 uma receita de R\$531.907.792,33, contribuiu para formar o fundo com R\$347.371.336,44
58 e o saldo foi de R\$184.536.455,89. 2) Tabela B - “Total de recursos utilizados do Fundeb -
59 janeiro a julho/2020”: foi utilizado (gasto) R\$508.217.364,77 com despesas com o pessoal
60 das escolas de Educação Infantil (EI), Ensino Fundamental (EF) e Educação de Jovens e
61 Adultos (EJA). A distribuição por modalidade de ensino se deu da seguinte forma:
62 R\$170.792.149,32 com o pessoal das escolas de EI, R\$328.212.005,27 com o pessoal das
63 escolas de EF e R\$9.213.210,18 com o pessoal das escolas de EJA. 3) Tabela C - “Total
64 de recursos utilizados – Recursos Ordinários do Tesouro – Folha de Pessoal da Educação
65 – janeiro a julho/2020”: Somente o recurso municipal foi efetuado para o pagamento da
66 folha no período. O total de R\$92.239.812,78 foi distribuído nas modalidades educacionais,
67 SMED e Diretorias Regionais (DIRES), a saber: R\$10.829.613,38 com as despesas com o
68 pessoal das escolas de EI, R\$55.325.440,42 com o pessoal das escolas de EF,
69 R\$754.593,65 com o pessoal das escolas de EJA e R\$25.330.165,33 com o pessoal da
70 SMED e DIRES perfazendo o referido valor total de R\$92.239.812,78. 4) Tabela D -
71 “Comparativo 2020/2019 – Recursos do Fundeb – Repassados e Utilizados – janeiro a
72 julho”: é uma comparação do mesmo período nos anos citados mesmo sabendo-se que
73 com a pandemia a arrecadação em todas as esferas decaiu. Foi apresentada para efeito
74 de demonstração atendendo a curiosidade levantada na reunião anterior. 5) Tabela E -
75 “Pagamento de valores atrasados pelo Governo Estadual MG p/ BH”: foi checado o débito
76 do Estado de Minas Gerais (acumulado desde 2018) com o município de BH após acordo
77 realizado e como se deu o pagamento gradativo dos repasses. A contribuição para a
78 Educação de janeiro a junho em relação ao ICMS no percentual de 26% fez um total de
79 R\$16.634.419,78 e em relação ao IPVA, que também entra na composição do fundo, fez
80 um total de R\$40.739.457,32. Somando-se os valores relativos ao ICMS e ao IPVA tem-se
81 um valor total de R\$57.373.877,10. Foi inserida uma nota importante na tabela informando
82 que esses valores já compõem o montante orçamentário da Educação reprojeto para
83 2020, ou seja, são valores que já fazem parte do replanejamento para a Educação mediante
84 o cenário anunciado na reunião anterior sobre o orçamento de 2020 (rombo causado pela
85 baixa arrecadação em função da pandemia). Em seguida, abriu-se para as colocações e
86 os questionamentos. Seguem-se as perguntas e suas respectivas respostas: 1) Verificou-
87 se que os valores dos recursos recebidos do Fundeb de janeiro até julho só diminuem
88 (aproximadamente 93 milhões de reais em janeiro e 64 milhões de reais em julho); será
89 que eles continuarão diminuindo? Resposta: Foi dito anteriormente em termos de projeção
90 que há sinais de pequena melhora em alguns lugares do país mas não se sabe se o reflexo
91 dos sinais estão suficientemente estudados, embora as projeções macroeconômicas
92 apontem que por mais que haja melhora de algum setor ou outro, parece que continuará
93 diminuindo. 2) O impacto dessa queda é possivelmente devido ao fechamento de empresas
94 no período da pandemia? Resposta: Não há dúvidas quanto a isso sabendo-se que o
95 Fundeb é formado por impostos. Por exemplo, o ICMS é o Imposto de Circulação de
96 Mercadorias e Serviços; se há diminuição na venda e prestação de serviços num volume
97 muito aquém do projetado, o efeito é a queda. Um conselheiro complementou dizendo que
98 BH não é uma cidade que tem agronegócio ou indústrias, sendo praticamente uma cidade
99 de prestação de serviço muito ligada ao terceiro setor, ou seja, o comércio varejista e
100 atacadista. Desta forma, sente-se bastante quando tem-se queda de impostos. Uma
101 conselheira comentou que o prefeito Alexandre Kalil “entrou na contramão” explicando que

102 à medida que ele deixa de pagar alguns direitos aos servidores, como a antecipação de 13º
103 salário e algumas progressões a que se tenha direito, a consequência é o não pagamento
104 dos impostos devidos à cidade, como por exemplo, o IPTU. Que quando se vive de
105 arrecadação, ao invés de se manter a arrecadação dos funcionários, ele as retira. Em sua
106 avaliação, piorou. Resposta: A Educação é uma das tantas pastas de responsabilidade do
107 município e todas as despesas de cada uma das pastas é realizada com os recursos, fruto
108 da arrecadação. Diante da necessidade apresentada naquele momento, em abril, foi
109 publicado o Decreto nº 17.333 que dispôs sobre as medidas de um contingenciamento
110 orçamentário e financeiro determinando reduções em todas as áreas, exceto nas áreas da
111 Saúde e da Assistência Social, que tiveram um tratamento diferenciado por causa do
112 contexto vivido. 3) Por que na tabela “A” houve queda brusca dos valores de contribuição
113 para formar o fundo de janeiro para fevereiro, se o impacto da pandemia foi a partir de
114 março? O que justifica tão brusca queda? Resposta: Em síntese, estados e municípios
115 precisam recolher das suas arrecadações os impostos que compõem o Fundeb. 20% dos
116 impostos que compõem o Fundeb vai ser destinado para a formação do fundo, ou seja, o
117 fundo é o recolhimento desses impostos no percentual de 20% para que seja redistribuído
118 pelos próprios estados e municípios, a partir de suas redes de atendimento. A contribuição
119 é no sentido de despesa e não de receita; significa que o município despendeu mais
120 recursos, contribuiu mais com a cesta de impostos para formar o Fundeb. E se explica em
121 grande parte pela movimentação de pagamento de IPVA no mês de janeiro. É tendência
122 em todos os anos que se decaia de janeiro para fevereiro e para os meses subsequentes
123 devido à diminuição da contribuição. 4) Dependendo da queda dos recursos financeiros e,
124 com vistas a se avolumarem, podendo-se chegar ao ponto do pagamento das
125 remunerações dos servidores estar comprometida ou não acontecer, qual o prognóstico;
126 quais as projeções para os próximos meses? O governo já fez esse tipo projeção? É um
127 risco concreto ou existe a possibilidade de transferência extraordinária de recursos para a
128 Educação? Uma conselheira comentou que não faz sentido o corte das extensões de
129 jornada (dobras) dos professores, sendo incompreensível, já que eles fazem parte do
130 quadro da escola. Se o prefeito corta a dobra é como se cortasse parte do quadro de
131 funcionários que estão em teletrabalho. Avalia como sendo um ato que está fora da
132 realidade e que não deveria ocorrer. Resposta: Houve uma apresentação de cenários de
133 perspectiva financeira para 2020 na última reunião em que se mostrou o que estava
134 projetado de arrecadação própria do município, o que estava projetado para efeito do
135 Fundeb e a nova projeção pós-pandemia. A tendência é uma queda brusca para o ano
136 inteiro advindas do isolamento social e da baixa atividade econômica. A baixa arrecadação
137 dos recursos foi o reflexo do ponto de vista financeiro e este cenário é nacional, não
138 somente de BH. Se o mês de abril for observado, há grande coerência com o que aconteceu
139 no país inteiro. Em termos de arrecadação, esse foi o pior mês do ponto de vista econômico-
140 financeiro em todo o país. Em função disso, muitas medidas foram tomadas pelos estados
141 e municípios em decorrência da não possibilidade de contar-se com aqueles recursos
142 originalmente programados. Quanto à perspectiva de novos recursos, há um projeto de lei
143 tramitando na Câmara Federal desde junho com a possibilidade de auxiliar municípios e
144 estados com recursos destinados apenas à Educação, assim como a Saúde e a Assistência
145 Social receberam recursos - auxílio emergencial -, através da Lei Complementar nº 173.
146 Até que se convertam em recursos novos na área da Educação em todo o país, medidas
147 de gestão de despesa tem que ser tomadas, sobretudo de custeio. A Educação apresenta
148 uma característica de despesa que não varia muito; de folha de pagamento fixa porque são
149 todos professores efetivos, diferente de despesas de contratos e compras em que é
150 possível se fazer gestão, e é o que está sendo feito. A margem que sobra para se fazer
151 gestão é sobre esse tipo de despesa. A perspectiva não é boa para o ano todo e essa
152 tendência se confirma; será acompanhado para a verificação de alguma alteração mas a
153 projeção de economistas é que não haja mudança alguma. Este é o contexto que se

154 apresenta sendo preciso sobreviver a ele para enfrentar o próximo ano com despesas
155 novas, inclusive, em investimentos e intervenção nas escolas para o combate à pandemia.
156 Conselheiras comentaram que: A) A explicação sobre o Fundeb foi clara; como o dinheiro
157 é gasto e sua receita. B) Professores da Educação Infantil perderam suas dobras porque
158 professores que estavam lotados na SMED e regionais voltaram para as escolas. Resposta:
159 Com a queda da arrecadação, o governo precisou criar estratégias para manter/honrar os
160 pagamentos do município, dentre eles, o salário dos servidores. Após a resposta, houve
161 discussão e discordância sobre o corte das dobras dos professores e explicações sobre a
162 necessidade de se fazerem cortes dentro de um contexto de pandemia em que houve
163 drástica diminuição nas arrecadações do município. Também foi dito que decisões são
164 difíceis de serem tomadas enquanto gestor público, mas que não caberia ali um julgamento
165 e sim, uma análise por parte dos conselheiros. Houve defesa de ponderação nas falas e de
166 sua forma de emprego para que não “ferisse” ninguém. Por fim, foi declarada a necessidade
167 de uma formação o mais breve possível sobre o Fundeb e sua forma de constituição para
168 obtenção de mais conhecimento sobre o assunto. 5) Qual a expectativa existente quanto
169 aos créditos tributários? Considerando que o Tesouro é único, que existem alocações que
170 são utilizadas por comandos de legislação e nesse cenário o nível de falência está absurdo
171 e a expectativa do município é naturalmente diminuir; como o município está atuando num
172 “cenário de guerra” para uma composição num sentido macro para que esses créditos
173 tributários sejam alocados no Tesouro? O que poderá ser feito para que as pessoas que
174 tem dívidas com o município possam fazer uma composição para adiantamento desses
175 tributos e que não chegue ao ponto do próprio salário do professor não ser pago no mês?
176 O conselheiro também opinou pela retomada da discussão do corte de dobras em outro
177 momento e disse achar importante a questão da formação sugerida. Respostas: A) (Do
178 conselheiro representante do Poder Executivo Municipal – SMED): Não pode responder
179 pelas Secretarias de Fazenda e de Arrecadação e pode pesquisar para responder do ponto
180 de vista da Educação num outro momento porque nem todos os créditos tributários
181 impactam no orçamento da Educação. Há outros recursos, outras taxas que incidem no
182 orçamento da Educação; então, mesmo que haja uma política, uma cobrança desses
183 valores, isso não faria diferença do ponto de vista da Educação. B) (Do conselheiro
184 representante do Poder Executivo Municipal - Secretaria de Fazenda): Houve pressão de
185 quem produz e de quem recolhe os impostos para que a PBH estabelecesse mecanismos
186 de não cobrança imediata. BH deferiu, ou seja, adiou o pagamento de IPTU daquelas
187 atividades que estão com os alvarás suspensos, proibiu qualquer “protesto”, qualquer tipo
188 de ação de cobrança no período da pandemia porque não havia produção. As escolas
189 particulares estão sendo pressionadas a diminuir o valor das mensalidades já que não
190 estão prestando o serviço diretamente. O recurso da prefeitura, no caso dos impostos, vem
191 da capacidade de pagamento de quem produz ou de quem tem o dinheiro; e no caso do
192 IPTU, as pessoas não produzem mas acabam pagando. A PBH optou por facilitar os
193 pagamentos para as pessoas que queiram fazê-lo, havendo aumento de parcelamento dos
194 débitos de 60 para até 180 vezes e o ITBI está sendo recolhido sem maiores auditorias. É
195 impossível prever como o mercado vai se estruturar após a pandemia; a expectativa é de
196 que 1/3 dos estabelecimentos não vá se restabelecer. Os dois lados pressionam: o
197 produtivo e os servidores. Deve-se pensar como servidor em um sentido amplo porque
198 todas as áreas (Saúde, Educação e Segurança) tem sua relevância dentro da estrutura da
199 PBH. Em seguida, um conselheiro comentou que antes da pandemia um conselho itinerante
200 seria constituído com a intenção de informar a comunidade escolar sobre este Conselho.
201 Diante da impossibilidade de fazê-lo neste momento, sugeriu a construção e o envio de
202 materiais para as DIRES através das cestas pedagógicas. A Presidente sugeriu aliar a essa
203 proposta a possibilidade de convidar os diretores das DIRES, das escolas e os secretários
204 escolares para participarem da reunião deste Conselho, uma vez que ela acontece de forma
205 virtual, propondo a apresentação de uma cartilha (previamente enviada para os e-mails das

206 DIRES) e 2 regionais por reunião. Trocariam ideias via *WhastApp* e formalizariam na
207 próxima reunião ordinária. Houve a concordância de todos. A Presidente perguntou se
208 todas as contas apresentadas foram aprovadas e as respostas foram descritas no *chat*. Por
209 unanimidade, as contas foram aprovadas. Foi deixado para a próxima sessão plenária o 3º
210 ponto da pauta em virtude do adiantado da hora. O conselheiro Joaquim Calixto Filho entrou
211 na sala da reunião nos minutos finais se justificando e pediu um resumo dos fatos. Também
212 sugeriu que fizessem uma reunião extraordinária em virtude da aprovação do Fundeb.
213 Quanto ao resumo, a Presidente atendeu à solicitação do conselheiro e quanto às demais
214 sugestões, disse que em conversa via *WhastApp* verificariam a opinião e a agenda dos
215 demais conselheiros para posterior resolução. Nada mais havendo a tratar, e, como
216 ninguém quisesse se manifestar, a Presidente deu por encerrada a reunião às 20h30min
217 (vinte horas e trinta minutos). Para constar, eu, Vanessa Márcia da Cunha, Secretária
218 Executiva do CACS FUNDEB, redigi a presente ata.